



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO SETOR DE
LICITAÇÃO/CGARC/DIRAD DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2023

MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA ("Mercedes-Benz"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 59.104.273/0001-29, com sede na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, Vila Paulicéia, CEP: 09680-900, vem, por seus advogados (**Doc. 1**), respeitosamente, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO** em face do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2023 ("Edital"), organizado pela **FUNDAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO** ("FNDE"), com fundamento na Cláusula 13.1 do Edital, pelas razões de fato e direito a seguir expostas.

I. DA IMPUGNAÇÃO

O FNDE publicou novo Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2023 com o intuito de firmar registro de preço nacional para futura e eventual aquisição de ônibus rural escolares, dos tipos ORE ZERO 4x4, ORE 1 4x4, ORE 1, ORE2, ORE3 e ônibus urbano escolares, dos tipos ONUREA Piso Alto e ONUREA Piso Baixo, para os Estados, Distrito Federal e Municípios do Brasil visando a realização do transporte escolar diário dos estudantes da rede pública de ensino.

Em observância aos ditames da Lei Federal nº 14.133/2021, a Cláusula 13.1 confere a possibilidade de apresentação de impugnação, no prazo de até 3 dias úteis antes da

data de abertura do certame, marcada para o dia 09 de outubro de 2023 (segunda-feira), para que sejam julgadas e respondidas impugnações em até 3 dias úteis pela Comissão de Licitação.

Neste sentido, a Mercedes-Benz apresenta **IMPUGNAÇÃO** contra dispositivos do Edital e seus anexos que apresentam redação equivocada por não observarem os princípios da economicidade, livre concorrência e competitividade próprios do processo licitatório e, portanto, os referidos devem ser corrigidos e, consequentemente, **demandam a republicação do presente Edital por parte da Comissão de Licitação**, a fim de assegurar a participação máxima dos interessados em nível de igualdade.

1) Da especificação sobre o sistema de climatização interna dos veículos ONUREA e ORE (Cláusula 3.1.2.15. e seguintes do Caderno de Informações Técnicas)

Ao se analisar o Caderno de Informações Técnicas dos veículos ORE e ONUREA é possível notar uma série de especificações relacionadas ao sistema de climatização interna, presentes nas cláusulas 3.1.2.15. e seguintes. Assim encontra-se descrito (tanto na cláusula 3.1.2.15.4. do CIT dos veículos ORE quanto na cláusula 3.1.2.15.3. do veículo ONUREA) que **“o compressor deverá estar acoplado junto ao motor do veículo mediante uso de correias, sendo posicionado no interior do painel/capô do veículo, acima da linha da longarina do chassi, sem que esteja próximo ao solo, buscando uma melhor proteção contra intempéries, impurezas e alagamentos”** (grifamos). Porém, como se pretende demonstrar, **tal exigência não possui qualquer objetivo se não o de prejudicar a competitividade do certame.**

Primeiro, porque o correto funcionamento, durabilidade e proteção contra intempéries do compressor do ar-condicionado devem ser assegurados pelo fabricante do veículo independentemente da posição ou tecnologia adotada¹.

¹ Na verdade, como será exposto mais adiante, a exigência quanto ao posicionamento do compressor tem o único condão de restringir a competitividade do certame.



Esclareça-se que o posicionamento do compressor do ar-condicionado instalado abaixo das longarinas **em nada prejudica ou compromete o desempenho dos veículos e nem traz menor proteção contra intempéries, impurezas ou alagamentos.**

A proteção contra intempéries ainda é possível de ser realizada com a instalação do compressor fora do painel/capô do veículo, garantindo mesmo assim sua integridade contra agentes externos, impactos (sobretudo em conjunto com o protetor de cárter) e permitindo uma folga suficiente para que o veículo enfrente um alagamento em níveis moderados (limitado sempre a água na metade da roda^{2,3}, conforme instruções de segurança comuns em veículos que não são destinados a rodar em alagamentos, como é o caso de ônibus escolares – especialmente pelo risco aos passageiros). **A instalação do item em posição inferior a longarina continua a ser uma posição elevada em relação ao solo quando se leva em consideração a suspensão dos veículos e a proteção fornecida pelo protetor de cárter, assegurando, da mesma forma, proteção “contra intempéries, impurezas e alagamentos”.**

Portanto, mesmo que instalado abaixo da longarina, ao lado do cárter do motor, o compressor do ar-condicionado continua amplamente protegido contra intempéries, alagamentos e impurezas. Inclusive, porque o compressor se trata de caixa blindada que comprime o fluído refrigerante não tendo como receber impurezas, nem está sujeita a invasão de água em eventual alagamento – lembrando que sempre deverá ser observado o limite de metade da roda em qualquer situação de segurança para atravessar áreas alagadas.

Ora, na medida em que a exigência quanto ao posicionamento específico para determinado componente em nada contribui para o aumento da qualidade, durabilidade ou desempenho do veículo, **tal previsão acaba apenas por limitar a competitividade do certame.**

O Caderno de Informações Técnicas (CIT) deve exigir uma solução veicular razoável e não discriminatória, de maneira ampla a assegurar o seu funcionamento, durabilidade e confiabilidade conforme período de garantia do fabricante. Além disso, o atual

² <https://autoesporte.globo.com/servicos/noticia/2022/01/confira-dicas-para-atravesar-um-alagamento-com-seguranca.shtml>

³ <https://autopapo.uol.com.br/noticia/alagamento-10-dicas-essenciais-para-passar-por-ele-com-o-seu-carro/>

texto do CIT deixa de considerar que **há diversos outros componentes importantes posicionados próximos a região das longarinas (na mesma linha ou abaixo)**, como motor de arranque, caixa de baterias, hélice do ventilador do radiador, alternador, válvulas e filtro do sistema de ar comprimido etc., itens estes com atividade diretamente relacionada ao funcionamento e segurança do ônibus escolar.

Sendo a preocupação desta empresa relacionada a segurança e desempenho do bem, **o posicionamento do compressor do sistema de climatização em local diferente do previsto no CIT, não representa risco**, uma vez que a improvável e eventual falha no seu funcionamento em nada comprometerá o funcionamento do veículo, gerando, no máximo, em condições extremas e com uso severo do veículo (em situações que extrapolam a garantia do bem), a interrupção do funcionamento do ar-condicionado.

A especificação técnica prevista no CIT limita a participação ampla de interessados e **NÃO POSSUI QUALQUER EMBASAMENTO TÉCNICO OU JUSTIFICATIVA PARA OCORRER**. Nestes termos, o Edital ora impugnado representa **grave violação ao objetivo primário de assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública**. Tal previsão acaba por violar os princípios da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da razoabilidade, da competitividade e da economicidade no processo licitatório.

Sendo assim, a Mercedes-Benz requer que a i. Comissão de Licitação sane tais violações presentes nos Cadernos de Informações Técnicas, **permitindo a montagem de maneira diversificada do sistema de climatização interna e dos seus componentes**. Não existe qualquer justificativa ou razão técnica para limitar a montagem do compressor do ar-condicionado em local definido em Edital e que pode prejudicar a livre concorrência e ampla participação dos interessados.

2) Da excessiva onerosidade trazida pela cláusula 3.2 do anexo Controle de Qualidade

FLS 35

Ao se analisar o documento de Controle de Qualidade, temos que o item 3.2 estabelece os regramentos da Inspeção da Produção e o item 3.3 determina a Inspeção que ocorrerá Pós-Entrega dos veículos. Ambas as inspeções visam verificar se os veículos fabricados atendem aos requisitos e às condições estabelecidas nos Cadernos de Informações Técnicas – CIT. Diferentemente dos Editais anteriores, em que as inspeções foram feitas pelo INMETRO e consultores independentes, o Edital ora impugnado preconiza que estas inspeções (protótipo, produção e Inspeções Pós Entrega) sejam feitas pelo Organismo de Inspeção Acreditado.

Ocorre que o ponto 3.2.3 determina que “O FNDE se reserva no direito de, sempre que julgar necessário, realizar visitas técnicas sem prévio agendamento junto ao(s) fornecedor(es) registrado(s)”, sendo que, segundo 3.2.4, “as despesas relativas às atividades de Inspeção da Produção que envolvem o OIA em segurança veicular serão integralmente custeadas pela fornecedora, vencedora da licitação e detentora da ata de registro de preços”.

Nestes termos, deve ser levado em consideração que tal previsão acaba por trazer uma imprevisibilidade ao fornecedor sobre a quantidade de inspeções realizadas e, sobretudo, uma imprevisibilidade com relação aos custos a estas relacionados, o que é distante do razoável no processo licitatório.

A presente situação trará grande impacto aos custos de produção dos veículos a serem ofertados, limitando a avaliação das empresas envolvidas e prejudicando a cotação ofertada. Consequentemente, poderá afetar os valores gerais envolvidos na presente licitação de modo desfavorável à Administração Pública. **Assim, restam violados mais uma vez os princípios da economicidade e competitividade próprios do processo licitatório.**

Para garantir que as empresas participantes do certame não sejam prejudicadas em razão da situação descrita acima a Mercedes-Benz requer à i. Comissão de Licitação altere o previsto no controle de qualidade a fim de garantir maior previsibilidade sobre as visitas técnicas e seus custos.

3) Da Impossibilidade da Apresentação Dos Documentos a serem Apresentados Na Fase 1 – Análise documental

No documento denominado “Do Controle de Qualidade”, é exigida a apresentação, na Fase 1 (Primeira Etapa do Controle de Qualidade, item “e”), do Certificado de verificação metrológica do registrador eletrônico instantâneo inalterável de velocidade e tempo (cronotacógrafo eletrônico ou digital).

Entretanto, este documento somente pode ser emitido com o veículo montado, o que, mais uma vez, **configura exigência editalícia extremamente onerosa aos licitantes e, por consequente** limita a competição e a igualdade entre todos os fabricantes.

Reforça-se esse entendimento de onerosidade excessiva a exigência na fase 2, na qual o licitante tem o período de 100 dias para apresentação do CAT. E, portanto, visando uma maior acessibilidade do Edital, é importante que ambos os Certificados sejam apresentados conjuntamente na Fase 2. Ou seja, o Certificado citado no item “e” do item 1.1 (Fase 1) pode ser perfeitamente apresentado junto a Fase 2, sem qualquer prejuízo para a administração pública. Caso contrário, a fase 2 se torna inócua, pois já exigiria a apresentação do veículo pronto neste momento, ainda que tenha o prazo de 100 dias para a fase 2. Nesta situação, podem existir outros relatórios/certificados, tamanha são as exigências da Fase 1 do Edital.

Pelo exposto, requer mais uma vez a Mercedes-Benz que a i. Comissão de Licitação corrija o texto publicado de forma a garantir que o Certificado citado no item “e” do item 1.1 (Fase 1) seja apresentado na Fase 2, com o objetivo de assegurar a igualdade de condições e livre concorrência no certame, sem qualquer prejuízo para a administração pública.

4) DA INEXISTÊNCIA DO ENCARTE B.Q – PREJUÍZO NA ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Conforme mencionado abaixo, no CIT de ORE e de ONUREA é citado, no Encarte B.E, que o Encarte B.Q conterà especificações de relatórios que podem ser apresentados